

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018 e relatório dos auditores independentes



Rede Filhas de Jesus

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM MILHARES DE REAIS

Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio social	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	255.113	258.112	Fornecedores	1.244	1.035
Contas a receber (Nota 5)	1.756	1.936	Obrigações fiscais e trabalhistas	5.496	5.741
Adiantamentos a funcionários	1.220	1.321	Refis a recolher	193	193
Adiantamentos a fornecedores	31	90	Adiantamentos de clientes (Nota 7)	8.741	10.392
Demais contas a receber	79	79		15.674	17.361
	258.199	261.538	Não circulante		
Não circulante			Refis a recolher	542	742
Depósitos judiciais (Nota 8)	2.951	2.884	Provisão para contingências (Nota 8)	4.929	4.707
	2.951	2.884		5.471	5.449
Imobilizado (Nota 6)	435.712	427.024	Patrimônio Social (Nota 9)		
Intangível	123	244	Patrimônio	293.022	281.580
	435.835	427.268	Fundos Patrimoniais	23.451	25.302
	696.985	691.690	Ajuste de Avaliação Patrimonial	359.367	361.998
				675.840	668.880
				696.985	691.690

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

	2018	2017
Receitas de venda de serviços, líquidas (Nota 10)	67.757	62.977
Custos Serviços Prestados (Nota 11)	(67.782)	(67.189)
Deficit Bruto	(25)	(4.212)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.149)	(13.732)
Despesas Tributárias	(224)	(245)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas (Nota 12)	2.238	(685)
Deficit Operacional	(11.160)	(18.874)
Receitas Financeiras	19.717	27.939
Despesas Financeiras	(408)	(214)
Receitas financeiras, líquidas (Nota 13)	19.309	27.725
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	8.149	8.851

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM MILHARES DE REAIS

	Patrimônio	Reserva de Patrimônio	Fundo de Comunicação de Bens	Fundo de Previdência	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31.12.2016	263.610	10.000	21.369	4.339	369.943	669.261
Transferências para fundos de reserva	(881)		(1.306)	1.782		(406)
Transferência de Fundos para Patrimônio				(882)		(882)
Superávit do Exercício	8.851					8.851
Realização AVP Edifícios por depreciação					(7.945)	(7.945)
Saldos em 31.12.2017	271.580	10.000	20.063	5.239	351.998	668.880
Transferências para fundos de reserva	3.293		(1.064)			2.229
Utilização do Fundo de Previdência				(787)		(787)
Superávit do Exercício	8.149					8.149
Reserva de Ajuste a Avaliação Patrimonial					(2.631)	(2.631)
Saldos em 31.12.2018	283.022	10.000	18.999	4.452	359.367	675.840

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do Exercício	8.149	8.851
Depreciação e Amortização	4.677	4.497
Prejuízo (Lucro) na baixa de imobilizado	13.697	5.657
Provisão para Devedores Duvidosos	1.366	1.671
Provisão para Contingências	222	1.876
	28.111	22.552
Variações nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber	(1.186)	(1.226)
Adiantamentos a funcionários	101	(46)
Adiantamentos a fornecedores	59	(2)
Depósitos Judiciais	(67)	(2.734)
Fornecedores	209	239
Obrigações fiscais e trabalhistas	(245)	301
Adiantamentos de clientes	(1.651)	249
Refis	(200)	935
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	25.131	20.268
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(26.941)	(10.729)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.941)	(10.729)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
(Redução) de reservas patrimoniais	(1.191)	(1.287)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.191)	(1.287)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.999)	8.252
Saldo de caixa e equivalente no início do período	258.112	249.860
Saldo de caixa e equivalente no fim do período	255.113	258.112

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

SEÇÃO A - INFORMAÇÕES GERAIS

1 Contexto operacional

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS é uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, filantrópica de caráter beneficente, de assistência social, educacional, cultural e religiosa, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 61.688 de 13 de novembro de 1967, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº 77.113/52, em 10 de novembro de 1952.

Fundada em 29 de dezembro de 1914 pela Congregação das Filhas de Jesus na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, atualmente, esta associação civil tem sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte – MG congrega juridicamente, conforme disposição do Direito Canônico, todos os membros da Congregação Filhas de Jesus no Brasil, que tenham votos perpétuos. Tem por objetivos a criação, incorporação, congregação, direção, manutenção e desenvolvimento de instituições ou qualquer outra atividade que se enquadre em suas finalidades institucionais e sociais, visando à beneficência, à promoção humana, à educação, à cultura, à evangelização e à assistência social.

A consecução de seus objetivos é realizada através de recursos próprios originários da atividade educacional, bem como da locação de bens imóveis e gestão de ativos financeiros, cujo resultado é totalmente revertido para o atendimento de suas ações.

1.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 14.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.

SEÇÃO B - RISCOS

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Sociedade tem ativos significativos em que incidam juros, dentre eles destacam-se aplicações financeiras e alguns acordos para recebimento de mensalidades em atraso para os quais são consideradas uma taxa de juros, normalmente aplicadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades reconhecidas sólidas no mercado brasileiro. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Sociedade. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Sociedade mantém fundos de curto prazo de R\$ 255.113 (2017 - R\$ 258.112) e outros ativos líquidos de R\$ 3.086 (2017 - R\$ 3.426) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Sociedade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações	15.506			
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	17.202			

3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

SEÇÃO C - NOTAS EXPLICATIVAS RELEVANTES SELECIONADAS

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Recursos em banco e em caixa	562	540
Depósitos bancários de curto prazo	254.551	257.572
	255.113	258.112

A Sociedade possui aplicações financeiras em fundos de renda fixa, renda variável e letras do tesouro com liquidez diária e taxa de remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber	8.931	8.087
Provisão para Devedores Duvidosos	(7.175)	(6.151)
	1.756	1.936

Em 31 de dezembro de 2018 o valor total de contas a receber de clientes no montante de R\$ 8.931 (2017 - R\$ 8.087) estava devidamente registrado ao seu valor de realização, por meio do registro de uma provisão no montante de R\$ 7.175 (2017 - R\$ 6.151). As contas a receber individualmente referem-se principalmente as mensalidades dos alunos. Segundo avaliação da administração, uma parcela das contas a receber devem ser recuperadas.

A entidade constitui provisão para todo o saldo em aberto de alunos que por ventura não tenham efetuado o pagamento no ano corrente sem realizar negociação no ano subsequente para manter-se estudando na instituição.

6 Imobilizado

	Terrenos	Edifícios	Benfeitorias	Móveis, utensílios e equipamentos	Veículos	Outros	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2017								
Saldo inicial	346.576	64.738	11.662	2.657	322	1.910	6.488	434.353
Aquisições			5.361	1.199	90	532	3.547	10.729
Alienações	(11.285)			(23)			(2.294)	(13.602)
Depreciação		(2.382)	(603)	(707)	(98)	(666)		(4.456)
Saldo contábil, líquido	335.291	62.356	16.420	3.126	314	1.776	7.741	427.024
Em 31 de dezembro de 2017								
Custo	335.291	77.296	18.087	13.591	1.429	7.337	7.741	460.772
Depreciação acumulada		(14.940)	(1.667)	(10.465)	(1.115)	(5.561)		(33.748)
Saldo contábil, líquido	335.291	62.356	16.420	3.126	314	1.776	7.741	427.024
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo inicial	335.291	62.356	16.420	3.126	314	1.776	7.741	427.024
Aquisições		13	19.653	759		573		26.941
Alienações	(1)	(131)		(20)			(13.545)	(13.697)
Depreciação		(2.962)	(1.097)	(214)	(118)	(165)		(4.556)
Saldo contábil, líquido	335.290	59.276	34.976	3.651	196	2.184	139	435.712
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	335.290	77.296	37.739	14.168	1.429	7.736	139	473.797
Depreciação acumulada		(18.020)	(2.763)	(10.517)	(1.233)	(5.552)		(38.085)
Saldo contábil, líquido	335.290	59.276	34.976	3.651	196	2.184	139	435.712

7 Adiantamento de Clientes

	2018	2017
Recebimentos de Mensalidades	8.675	10.075
Recebimentos de Materiais de Ensino, Outros recebimentos antecipados	66	317
	8.741	10.392

Esses saldos referem-se essencialmente a antecipações de matrículas e mensalidades a serem realizadas durante o exercício de 2019.

8 Provisões para contingências e depósitos judiciais

	2018	2017
Outras Contingências (ii)	5.639	4.707
	5.639	4.707
Depósitos judiciais processo PIS (i)	2.652	2.652
Outros depósitos judiciais	299	232
	2.951	2.884
Provisão para contingências, líquidas	5.639	4.707
Depósitos Judiciais, líquidos	2.951	2.834

(i) O saldo destas provisões referem-se essencialmente a processos trabalhistas.

(a) Trabalhistas e cíveis

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$ 5,6 milhões.

O depósito judicial constituído no montante de R\$ 2,6 milhões refere-se a um autuação referente ao recolhimento de PIS a empregados dos quais a probabilidade de perda é remota, fato pelo qual não está constituída provisão para este risco.

As despesas de provisão são reconhecidas no resultado no grupo de Despesas administrativa.

9 Passivo e Patrimônio Social

O Patrimônio Social da Sociedade é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência. Além disso, esse patrimônio é composto por fundos voltados à constituição de reservas destinadas ao reinvestimento em obras e atividades pontuais, assim definidas como prioridade pelo Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, instância estatutária deliberativa da Sociedade. As modificações e a composição do Patrimônio Social estão expressas na Demonstração das Mutações do Patrimônio.

(a) Reservas

(i) Fundo de Comunicação de Bens

Este Fundo tem como objetivo destinar parte dos recursos da Sociedade para atenção às necessidades financeiras das obras apostólicas que não possuem receita própria ou a tem insuficiente para sua automanutenção. Destina-se também a cobrir eventuais necessidades de manutenção das comunidades.

(ii) Fundo de Previdência

Este fundo tem como objetivo destinar uma parte dos recursos da Sociedade ao custeio de gastos médicos com as associadas que fizeram seu voto perpétuo e que conseqüentemente tem definido no estatuto o direito ao amparo em situações de necessidades médicas.

(iii) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Essa reserva refere-se a contra partida do registro de custo atribuído do imobilizado realizado pela Sociedade em 01 de janeiro de 2012.

A movimentação da reserva ocorre pela depreciação dos bens durante o exercício, bem como pela venda de bens que tenham recebido alguma atribuição de custo.

10 Receitas de venda de serviços, líquidas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

(i) Montantes referentes a bolsas integrais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissionais do Serviço Social.

(ii) Montantes referentes a bolsas parciais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissionais do Serviço Social.

(iii) gratuidades concedidas pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho)/Institucional não são base de cálculo para a filantropia, estando representada aqui por mera obrigação legal.

(b) Ações complementares educacionais

Representam o custo incorrido com alimentação, uniforme, transporte e material didático oferecido a alunos da educação de jovens e adultos (EJA), além dos custos incorridos com atividades educativas relacionadas à garantia de formação Integral para os estudantes da Educação Básica.

	2018	2017
Assistência ao Educando – Benefícios Complementares e formação Integral	583	466
	583	466

(c) Serviços de programas Socio Assistenciais

Esses custos representam os gastos incorridos nos Serviços e Programas de Assistência Social oferecidos aos beneficiários.

	2018	2017
SCFV/Socialização Infanto-Juvenil	213	150
Formação e Qualificação Socio profissional e Inclusão Produtiva	274	211
Assessoramento/Parcerias para Ações Sociais Especiais	80	80
	487	441

(d) Demonstrativo de gratuidade

Demonstrativo do percentual de gratuidade concedida conforme Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, conforme previsto no artigo 16 que dispõe sobre as regras de concessão de bolsas de estudos, através dos critérios financeiros.

	2018	2017
Receita recebida de Mensalidade Escolares	63.208	60.329
Gratuidades com 50%	6.065	6.230
Gratuidades com 100%	6.774	6.676
Total das Gratuidades Educacionais	12.839	12.906
% das Gratuidades das bolsas de estudo (Nota 10 a)	20,31%	21,39%
% dos Benefícios complementares (Nota 10 b)	0,92%	0,77%
% das Gratuidades com Assistência Social (Nota 10 c)	0,77%	0,73%

(e) Demonstrativo da Concessão de Bolsas Integrais - Critérios Matemáticos

Em atendimento à Lei 12.101 de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 2013, a Sociedade adotou critérios matemáticos para concessão de bolsas integrais e parciais, considerando a proporcionalidade de 01 (uma) bolsa integral para cada 05 (cinco) alunos pagantes.

	2018	%
Total de Alunos Pagantes	5.368	100,00%
Total de Bolsas Integrais efetivamente concedidas	938	16,84%
Total de Bolsas complementares efetivamente concedidas	534	9,97%
Total de Bolsas Integrais efetivamente concedidas	1.472	26,80%

11 Custos dos Serviços prestados por natureza

	2018	2017
Pessoal	50.280	49.986
Depreciações e Amortizações	4.388	4.497
Encargos sobre folha	5.118	4.061
Benefícios	2.411	2.648
Atividades Extracurriculares	2.147	2.210
Monitoramento e Segurança Patrimonial	999	977
Luz	806	740
Água	834	780
Outros	799	1.290
	67.782	67.189

12 Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas

	2018	2017
Receita de Aluguel	2.215	2.308
Venda de ativo permanente	19	580
Aposentadorias	433	446
Outras Receitas	448	374
	3.115	3.128
Perdas no recebimento de créditos/serviços (i)	(7)	(64)
Baixa de ativo imobilizado	(53)	(3.343)
Outras despesas	(817)	(407)
Total outras despesas	(877)	(3.814)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(2.238)	(685)

13 Receitas e (Despesas) financeiras líquidas

	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	17.905	25.254
Demais receitas financeiras	3.475	2.685
	21.380	27.939
Despesas bancárias	(408)	(214)
Receitas financeiras líquidas	20.972	27.725

SEÇÃO D - POLÍTICAS CONTÁBEIS

14 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

14.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidação diária, e com risco insignificante de mudança de valor.

14.2 Ativos financeiros

14.2.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

14.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação do serviço de ensino. Sendo o prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

14.4 Ativos intangíveis

(a) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

14.5 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as escolas e escritório da sociedade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Classe	Taxa % por ano	Anos
Edifícios	2,5 a 4%	25 a 40
Benfeitorias	4%	25
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	10%	10
Outros	10% a 20%	10 a 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 6).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

Em 01 de janeiro de 2012 a entidade adotou o custo atribuído as classes de terrenos e edifícios. Os valores foram lançados nas respectivas contas contábeis contra reserva de Ajuste a Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social.

Os valores identificados como depreciação deste custo são reclassificados da conta de resultado para a conta de reserva amortizando a mesma.

14.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

14.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

14.8 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

14.9 Patrimônio Social

O Patrimônio Social é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência. Além disso, esse patrimônio é composto por fundos voltados à constituição de reservas destinadas ao reinvestimento em obras e atividades pontuais.

14.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade, conforme descrição a seguir. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos.

(a) Vendas de serviços

A Sociedade vende serviços de educação. Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido, com base em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente são de um ano.

A receita de prestação de serviços de educação, também é reconhecida segundo o método de Porcentagem de Conclusão (POC). A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento, como um percentual do total dos serviços a serem realizados.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

14.11 Imunidade

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS, instituição de educação e de assistência social, está em pleno gozo da imunidade tributária aos impostos e contribuições sociais, conforme estipula a Constituição Federal de 1988.

No tocante às contribuições sociais a jurisprudência constitucional do STF já identificou, na cláusula inscrita no art. 195 § 7 da Constituição Federal a existência de uma típica garantia de IMUNIDADE (e não de simples isenção) estabelecida em favor das Entidades beneficentes de assistência social – Precedente RTJ 137/965 (RMS 22.192 de 27/11/1995).

14.12 Arredondamentos

Todos os valores divulgados nas demonstrações contábeis e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

Rosilene de Matos Silva DIRETORA TESOUREIRA CPF-259.323.468-76	Michelle Madureira Teixeira CONTADORA-CRC/MG 109.215/0-9 CPF-013.703.146-71
--	---

PARECER

DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL – CAEF DA SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEIAS – SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscal – CAEF, **da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS**, em reunião realizada em 28 de Março de 2019, às 9h00 (nove) horas, na sede da Associação, localizada à Rua Ludgero Dolabela, 1021/6º Andar – Bairro Gutierrez – Belo Horizonte/MG, em observância ao disposto no Artigo 35º, inciso “e”, do Estatuto Social da Associação, examinaram o **Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Contábeis e Financeiras** relativas ao Exercício Fiscal encerrado em 31/12/2018.

Com base nos documentos apresentados pela Administração e Contabilidade, na pessoa de sua Primeira Tesoureira Rosilene de Matos Silva, este Conselho, após análise criteriosa dos cliados documentos, viu que os mesmos estão em conformidade com as prescrições legais e Normas Contábeis Oficiais, e refletem, adequadamente, com exatidão, a posição patrimonial, econômica e financeira da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social, no referido Exercício Social, razão pela qual dá seu **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das peças contábeis e demais documentos, pela sua Diretoria.

Belo Horizonte, 28 de março de 2019.

CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL – CAEF

Regina Célia de Oliveira – CPF: 096.885.318-80 - 1ª Conselheira

Maria de los Angeles Sebastián Martínez – CPF: 866.584.688-34-2ª Conselheira

Maria Inez Silveira – CPF: 280.745.136-53 - 3ª Conselheira

Conceição Apolônia de Oliveira – CPF: 348.854.639-04 - 4ª Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Senhoras Administradoras Conselheiras

Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social (“*Sociedade*”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstração do resultado, das mutações do patrimônio social e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Educação e de Assistência Social em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Avaré, 02 de Abril de 2019

Asercon Contábil Ltda.

CRC 2SP035006/O-9

Alberto Zanata Godinho Lopes

CRC 1SP304755

Marcelo Reis de Moraes

CRC 1SP264780